

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

1 of 2

ISOLADO:3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CONDADO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	2.536.061,84	1.896.137,41	PASSIVO CIRCULANTE	504.569,61	370.567,83
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.509.225,93	1.884.752,52	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	100.992,45	4.885,84
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	2.509.225,93	1.884.752,52	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	100.992,45	4.885,84
CAIXA	F 175,44	0,00	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F 45.958,68	0,00
CONTA ÚNICA	F 2.242.283,20	1.736.720,20	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F 30.559,95	4.885,84
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F 266.767,29	148.032,32	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F 24.473,82	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	26.835,91	11.384,89	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	293.264,30	319.485,67
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	11.385,23	11.385,23	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ	293.264,30	319.485,67
OUTROS DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	P 11.385,23	11.385,23	FORNECEDORES NACIONAIS	F 290.735,60	319.485,67
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	15.450,68	-0,34	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F 2.528,70	0,00
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	F 10.415,94	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	110.312,86	46.196,32
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	F 1.683,36	-0,34	VALORES RESTITUÍVEIS	110.312,86	46.196,32
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE	F 3.351,38	0,00	CONSIGNAÇÕES	F 104.907,46	40.790,92
			DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	F 5.405,40	5.405,40
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.826.519,73	1.497.260,68	TOTAL PASSIVO	504.569,61	370.567,83
IMOBILIZADO	1.826.519,73	1.497.260,68	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
BENS MÓVEIS	1.260.970,34	931.711,29	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
DEMAIS BENS MÓVEIS	P 285.217,80	285.217,80	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.858.011,96	3.022.830,26
BENS DE INFORMÁTICA	P 27.794,00	1.474,00	RESULTADOS ACUMULADOS	3.858.011,96	3.022.830,26
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P 177.947,72	157.174,86	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	3.858.011,96	3.022.830,26
VEÍCULOS	P 436.838,00	287.480,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P 835.181,70	2.776.875,16
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P 6.535,19	0,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P 3.022.830,26	245.955,10
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P 326.637,63	200.364,63	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.858.011,96	3.022.830,26
BENS IMÓVEIS	565.549,39	565.549,39	TOTAL	4.362.581,57	3.393.398,09
INSTALAÇÕES	P 87.307,88	87.307,88			
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P 408.797,07	408.797,07			
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P 69.444,44	69.444,44			
TOTAL	4.362.581,57	3.393.398,09			

ATIVO FINANCEIRO	2.524.676,61	1.884.752,18	PASSIVO FINANCEIRO (504.569,61)+ Restos não Processado(60.905,53)	565.475,14	411.770,76
ATIVO PERMANENTE	1.837.904,96	1.508.645,91	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
			SALDO PATRIMONIAL	3.797.106,43	2.981.627,33



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

2 of 2

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 81xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior
			COMPENSAÇÕES	7.631.625,47	5.131.632,80
			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	7.631.625,47	5.131.632,80
			TOTAL	7.631.625,47	5.131.632,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO
ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Exercício de 2017

Dezembro(31/12/2017)

1 of 1

ISOLADO:3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CONDADO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	2.524.676,61	1.884.752,18	PASSIVO CIRCULANTE	504.569,61	370.567,83
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.509.225,93	1.884.752,52	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI	100.992,45	4.885,84
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	2.509.225,93	1.884.752,52	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	100.992,45	4.885,84
CAIXA	175,44	0,00	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	45.958,68	0,00
CONTA ÚNICA	2.242.283,20	1.736.720,20	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	30.559,95	4.885,84
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	266.767,29	148.032,32	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	24.473,82	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	15.450,68	-0,34	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	293.264,30	319.485,67
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	15.450,68	-0,34	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ	293.264,30	319.485,67
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	10.415,94	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS	290.735,60	319.485,67
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	1.683,36	-0,34	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	2.528,70	0,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE I	3.351,38	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	110.312,86	46.196,32
TOTAL	2.524.676,61	1.884.752,18	VALORES RESTITUÍVEIS	110.312,86	46.196,32
			CONSIGNAÇÕES	104.907,46	40.790,92
			DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	5.405,40	5.405,40
			EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	60.905,53	41.202,93
			EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	60.905,53	41.202,93
			RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	60.905,53	41.202,93
			RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	60.905,53	41.202,93
			TOTAL	565.475,14	411.770,76



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Exercício de 2017

Dezembro(31/12/2017)

1 of 1

ISOLADO:3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CONDADO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	11.385,23	11.385,23			
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	11.385,23	11.385,23			
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	11.385,23	11.385,23			
OUTROS DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	11.385,23	11.385,23			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.826.519,73	1.497.260,68			
IMOBILIZADO	1.826.519,73	1.497.260,68			
BENS MÓVEIS	1.260.970,34	931.711,29			
BENS DE INFORMÁTICA	27.794,00	1.474,00			
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	177.947,72	157.174,86			
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	6.535,19	0,00			
VEÍCULOS	436.838,00	287.480,00			
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	326.637,63	200.364,63			
DEMAIS BENS MÓVEIS	285.217,80	285.217,80			
BENS IMÓVEIS	565.549,39	565.549,39			
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	408.797,07	408.797,07			
INSTALAÇÕES	87.307,88	87.307,88			
DEMAIS BENS IMÓVEIS	69.444,44	69.444,44			
TOTAL	1.837.904,96	1.508.645,91			



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO

ANEXO 14C - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

1 of 1

Exercício de 2017

ISOLADO:3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CONDADO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
04	RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA SAÚDE (VINCULADO)	-181.825,80	-123.969,28
001	Ordinário	-101.319,82	-123.969,28
110	EXTRAORÇAMENTÁRIA	-80.505,98	0,00
14	RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE (VINCULADO)	2.141.027,27	1.596.950,70
300	RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	2.141.027,27	1.596.950,70
TOTAL		1.959.201,47	1.472.981,42



NOTAS EXPLICATIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal de Saúde de Condado é uma pessoa jurídica de direito público interno, representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira na área da saúde pública.

Criado oficialmente como Fundo por força de Lei Municipal nº 600/1991, o Fundo Municipal de Saúde surgiu inscrita sobre o CNPJ 11.366.609/0001-03, estando atualmente localizada na Praça 11 de Novembro, 88, Centro de Condado, representando entidade na administração pública no referido município, sendo a sede na Secretaria de Saúde.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.condado.pe.gov.br e transparencia.condado.pe.gov.br.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Fundo Municipal de Saúde do Município de Condado integra a Prestação de Contas Anual do Prefeitura Municipal de Condado e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas Secretarias e Fundos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei nº 955/2013 de 16/12/2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017;





Documento Assinado Digitalmente por: JOSE ICLAIR VIANA SILVA FILHO, ANTONIO CASSIANO DA SILVA
Acesse em: <https://sece.tce.pe.gov.br/epi/validarDoc.seam?CodigoDoc:ee71725-705-40d-911d-8fd3-d7e2cfde745>

Lei 1.017/2016 de 09/11/2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017;

Lei 1.022/2016 de 28/12/2016, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Condado para o exercício de 2017;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.condado.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, a maioria dos órgãos, ficando apenas a Câmara Municipal que se utilizaram de outros sistemas. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral do Fundo Municipal de Saúde, referente ao exercício financeiro de 2017 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

Créditos a Curto Prazo

Créditos são valores a receber integrantes do ativo, que são reconhecidos como resultado da confirmação das características essenciais para reconhecimento como ativo. No contexto, são oriundos de tributos a receber (reconhecidos no momento do lançamento fiscal).

Perdas Estimadas de Créditos a Curto e Longo Prazo

Considerando que é inerente aos créditos algum risco de não recebimento, NBCASP 16.10 prevê que as perdas referentes a esses riscos sejam estimadas e reconhecidas em conta de ajuste, a qual deve ter seu saldo reduzido ou anulado quando deixarem de existir os motivos que deram causa à sua constituição. Porém, apresentou grau de dificuldade de recebimento e seu histórico de recebimento de créditos



apontou que, em média, para a arrecadação de Impostos e Taxas e a Dívida Ativa inscrita, 25% dos valores reconhecidos no ativo são posteriormente recebidos sem a necessidade de procedimentos adicionais de cobranças. Portanto, permiti concluir que o risco de não recebimento de seus créditos é de apenas 75%, durante os três últimos anos.

Dívida Ativa - Curto e Longo Prazos

A segregação da dívida ativa em curto e longo prazos foi realizada mediante a metodologia sugerida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional, que prevê que o montante a ser registrado em curto prazo seja estimado pelo dobro da média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios. O longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa.

Dívida Ativa - Ajuste a Valor Recuperável

Em decorrência do elevado grau de incerteza no recebimento dos valores inscritos em dívida ativa, utilizou-se no ajuste a valor recuperável a técnica sugerida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, baseada no histórico de recebimentos passados.

Ativo Imobilizado

A Ativo Imobilizado é avaliada inicialmente segundo seu custo de aquisição, estando em processo uma reavaliação de seus itens.

Depreciação, Amortização e Exaustão

Os ativos imobilizados adquiridos a partir de 1º de janeiro de 2014 foram depreciados de acordo com o MCASP, o método de depreciação refletiu o padrão em que os benefícios econômicos futuros e potenciais de serviços do ativo devem ser consumidos pela entidade. Vários métodos de depreciação podem ser utilizados para alocar de forma sistemática o valor depreciável de um ativo ao longo de sua vida útil, não sendo exigido que todos os bens sejam avaliados pelo o mesmo método, portando o método utilizado foi de cotas constantes, que se utiliza de taxas de depreciação durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere. Os bens adquiridos anteriormente à data base de início da depreciação somente terão iniciada a depreciação/amortização/exaustão quando forem reavaliados.

Estoques

Estoques são ativos sob forma de materiais ou suprimento a serem consumidos no processo de produção ou empregados na prestação e serviços e, ainda, os mantidos para venda ou distribuição no curso normal das operações do município. No reconhecimento inicial, os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, custo de produção ou custo de construção, devendo ser computados ou outros custos incorridos necessários para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. O critério contábil para elaboração deste balanço, está relacionado a ultima aquisição de material de consumo datado no último dia útil do exercício de 2017, reconhecendo, assim, que o almoxarifado confirma a entrada deste material. Valendo destacar, que o município não há sistema de controle de estoque.



<i>Conta</i>	<i>Valor</i>
<i>Encargos Sociais a pagar</i>	R\$ 100.992,45
<i>Fornecedores a pagar</i>	R\$ 293.264,30
<i>Demais Obrigações a CP</i>	R\$ 110.312,86
<i>Total do Passivo Circulante</i>	R\$ 504.569,61

5. Patrimônio Líquido

O resultado acumulado no exercício foi superavitário de R\$ 3.858.011,96, sendo do exercício um superávit no valor de R\$ 835.181,70, esses resultados foram fortemente influenciados pelos ajustes de adequação da contabilidade aos moldes internacionais. Como relevante podemos citar as provisões de perdas com Dívida Ativa, bem como depreciações e registro de despesas por competência como 1º salário, férias, etc.

6. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

O quadro de Superávit/Déficit Financeiro corresponde ao valor que poderá ser usado para suplementar as despesas por superávit financeiro do exercício anterior, conforme previsto no inciso I, § 1º, Art. 43 Lei Federal nº 4.320/1964. A informação é apresentada por recurso vinculado.

Fonte	Discrição	Valor
300 001	Atenção Básica - PAB FIXO	709.154,50
300 002	Saúde Bucal	64.344,53
300 003	PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA	-991,97
300 004	AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS	24.871,08
300 005	P.M.A.Q.	853.540,99
300 006	SAÚDE DA FAMÍLIA - SF	-5.427,67
300 007	N.A.S.F.	73.497,95
300 008	M.A.C.	12.362,80
300 009	S.A.M.U.	6.408,50
300 010	C.E.O.	-514,21
300 012	Farmácia Básica	95.876,53
300 014	VIGILÂNCIA EM SAUDE	62.691,11
300 015	Remuneração de Depósitos	82.056,21
300 017	EMENDA PARLAMENTAR - AMBULANCIA II	268,09
300 018	C.A.P.S.	26.729,04
300 096	Outros Programas da União	28.936,43
300 098	Convênio com Saúde	92.117,68
300 099	Serviços da Saúde	15.105,68
TOTAL		2.141.027,27



DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2017, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadora municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

ALINE VANESSA MONTEIRO SILVA
Gestora do Fundo Mun. de Saúde

JENILSON DE MORAES CLEMENTE
Responsável pelo Controle Interno

J. ICLAIR VIANA S. FILHO
Contador CRC PE nº 021930/O-0

Document assinado digitalmente por: JOSE ICLAIR VIANA SILVA FILHO, ANTONIO CASSIANO DA SILVA
Acesse em: https://sede.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam?Codigo_documento:ee7172c5-4acd-441d-8fd3-d7e2cfde745



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

1 of 2

ISOLADO:7 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CONDADO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	772.710,57	892.580,80	PASSIVO CIRCULANTE	490.652,47	271.659,49
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	770.809,12	892.580,80	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	12.799,52	1.100,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	770.809,12	892.580,80	PESSOAL A PAGAR	1.100,00	1.100,00
CONTA ÚNICA F	694.693,23	830.130,93	PESSOAL A PAGAR F	1.100,00	1.100,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA F	76.115,89	62.449,87	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	11.699,52	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.901,45	0,00	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS F	11.699,52	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	1.901,45	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	257.020,77	159.309,35
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO F	1.716,55	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ	257.020,77	159.309,35
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE F	184,90	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS F	257.020,77	159.309,35
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.608.683,79	1.544.307,38	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	220.832,18	111.250,14
IMOBILIZADO	2.608.683,79	1.544.307,38	VALORES RESTITUÍVEIS	220.832,18	111.250,14
BENS MÓVEIS	1.660.686,49	624.816,49	CONSIGNAÇÕES F	220.832,18	111.250,14
BENS DE INFORMÁTICA P	6.650,00	0,00	TOTAL PASSIVO	490.652,47	271.659,49
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO P	374.683,00	117.190,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
MÓVEIS E UTENSÍLIOS P	457.118,00	156.218,00	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
VEÍCULOS P	360.800,00	70.800,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.890.741,89	2.165.228,69
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS P	7.947,90	6.748,90	RESULTADOS ACUMULADOS	2.890.741,89	2.165.228,69
DEMAIS BENS MÓVEIS P	453.487,59	273.859,59	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	2.890.741,89	2.165.228,69
BENS IMÓVEIS	947.997,30	919.490,89	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO P	725.513,20	1.192.142,32
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO P	713.055,07	713.055,07	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES P	2.165.228,69	973.086,37
DEMAIS BENS IMÓVEIS P	234.942,23	206.435,82	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.890.741,89	2.165.228,69
TOTAL	3.381.394,36	2.436.888,18	TOTAL	3.381.394,36	2.436.888,18
ATIVO FINANCEIRO	772.710,57	892.580,80	PASSIVO FINANCEIRO (490.652,47)+ Restos não Processado(189.486,01)	680.138,48	337.565,03
ATIVO PERMANENTE	2.608.683,79	1.544.307,38	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
			SALDO PATRIMONIAL	2.701.255,88	2.099.323,15



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

2 of 2

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior
COMPENSAÇÕES	59.234,90	59.234,90	COMPENSAÇÕES	3.406.069,94	1.618.587,76
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	59.234,90	59.234,90	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	3.406.069,94	1.618.587,76
TOTAL	59.234,90	59.234,90	TOTAL	3.406.069,94	1.618.587,76



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO
ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Exercício de 2017

Dezembro(31/12/2017)

1 of 1

ISOLADO:7 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CONDADO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	772.710,57	892.580,80	PASSIVO CIRCULANTE	490.652,47	271.659,49
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	770.809,12	892.580,80	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI	12.799,52	1.100,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	770.809,12	892.580,80	PESSOAL A PAGAR	1.100,00	1.100,00
CONTA ÚNICA	694.693,23	830.130,93	PESSOAL A PAGAR	1.100,00	1.100,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	76.115,89	62.449,87	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	11.699,52	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.901,45	0,00	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	11.699,52	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	1.901,45	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	257.020,77	159.309,35
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	1.716,55	0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ	257.020,77	159.309,35
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE I	184,90	0,00	FORNECEDORES NACIONAIS	257.020,77	159.309,35
TOTAL	772.710,57	892.580,80	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	220.832,18	111.250,14
			VALORES RESTITUÍVEIS	220.832,18	111.250,14
			CONSIGNAÇÕES	220.832,18	111.250,14
			EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	189.486,01	65.905,54
			EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	189.486,01	65.905,54
			RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	189.486,01	65.905,54
			RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	189.486,01	65.905,54
			TOTAL	680.138,48	337.565,03



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Exercício de 2017

Dezembro(31/12/2017)

1 of 1

ISOLADO:7 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CONDADO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.608.683,79	1.544.307,38			
IMOBILIZADO	2.608.683,79	1.544.307,38			
BENS MÓVEIS	1.660.686,49	624.816,49			
BENS DE INFORMÁTICA	6.650,00	0,00			
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	457.118,00	156.218,00			
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	374.683,00	117.190,00			
VEÍCULOS	360.800,00	70.800,00			
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	7.947,90	6.748,90			
DEMAIS BENS MÓVEIS	453.487,59	273.859,59			
BENS IMÓVEIS	947.997,30	919.490,89			
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	713.055,07	713.055,07			
DEMAIS BENS IMÓVEIS	234.942,23	206.435,82			
TOTAL	2.608.683,79	1.544.307,38			



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO

ANEXO 14C - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

1 of 1

Exercício de 2017

ISOLADO:7 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CONDADO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
02	RECURSOS VINCULADOS à EDUCAÇÃO (VINCULADO)	655.642,57	924.635,54
200	RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	655.642,57	924.635,54
03	CONTRIBUCAO DO SALARIO-EDUCACAO (VINCULADO)	46.974,02	0,00
200	RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	46.974,02	0,00
08	RECURSOS DESTINADOS AO FUNDEB (VINCULADO)	310,00	118.442,22
250	RECURSO DO FUNDEB	310,00	118.442,22
12	RECURSOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO ENSINO (VINCULADO)	-610.354,50	-488.061,99
001	Ordinario	-392.398,08	-488.061,99
110	EXTRAORÇAMENTÁRIA	-217.956,42	0,00
TOTAL		92.572,09	555.015,77



NOTAS EXPLICATIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal de Educação de Condado é uma pessoa jurídica de direito público interno, representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira na área da Educação pública.

Criado oficialmente como Fundo por força de Lei Municipal nº 948/2013, o Fundo Municipal de Educação surgiu inscrita sobre o CNPJ 19.607.525/0001-18, estando atualmente localizada na Praça de Novembro, 88, Centro de Condado, representando entidade na administração pública no referido município, sendo a sede na Secretaria de Educação.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.condado.pe.gov.br e transparencia.condado.pe.gov.br.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Fundo Municipal de Educação do Município de Condado integra a Prestação de Contas Anual do Prefeitura Municipal de Condado e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas Secretarias e Fundos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei nº 955/2013 de 16/12/2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017;





Documento Assinado Digitalmente por: JOSE ICLAIR VIANA SILVA FILHO, ANTONIO CASSIANO DA SILVA
Acesse em: <https://sece.tce.pe.gov.br/epv/validarDoc.seam?CodigoDoc:ee717254-cd0114-8fd3-d7e2cfde745>

Lei 1.017/2016 de 09/11/2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017;

Lei 1.022/2016 de 28/12/2016, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Condado para o exercício de 2017;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.condado.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, a maioria dos órgãos, ficando apenas a Câmara Municipal que se utilizaram de outros sistemas. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral do Fundo Municipal de Educação, referente ao exercício financeiro de 2017 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS
CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

Créditos a Curto Prazo

Créditos são valores a receber integrantes do ativo, que são reconhecidos como resultado da confirmação das características essenciais para reconhecimento como ativo. No contexto, são oriundos de tributos a receber (reconhecidos no momento do lançamento fiscal).

Perdas Estimadas de Créditos a Curto e Longo Prazo

Considerando que é inerente aos créditos algum risco de não recebimento, NBCASP 16.10 prevê que as perdas referentes a esses riscos sejam estimadas e reconhecidas em conta de ajuste, a qual deve ter seu saldo reduzido ou anulado quando deixarem de existir os motivos que deram causa à sua constituição.



Porém, apresentou grau de dificuldade de recebimento e seu histórico de recebimento de créditos apontou que, em média, para a arrecadação de Impostos e Taxas e a Dívida Ativa inscrita, 25% dos valores reconhecidos no ativo são posteriormente recebidos sem a necessidade de procedimentos adicionais de cobranças. Portanto, permiti concluir que o risco de não recebimento de seus créditos é de apenas 75%, durante os três últimos anos.

Dívida Ativa - Curto e Longo Prazos

A segregação da dívida ativa em curto e longo prazos foi realizada mediante a metodologia sugerida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional, que prevê que o montante a ser registrado em curto prazo seja estimado pelo dobro da média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios. O longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa.

Dívida Ativa - Ajuste a Valor Recuperável

Em decorrência do elevado grau de incerteza no recebimento dos valores inscritos em dívida ativa, utilizou-se no ajuste a valor recuperável a técnica sugerida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, baseada no histórico de recebimentos passados.

Ativo Imobilizado

A Ativo Imobilizado é avaliada inicialmente segundo seu custo de aquisição, estando em processo uma reavaliação de seus itens.

Depreciação, Amortização e Exaustão

Os ativos imobilizados adquiridos a partir de 1º de janeiro de 2014 foram depreciados de acordo com o MCASP, o método de depreciação refletiu o padrão em que os benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços do ativo devem ser consumidos pela entidade. Vários métodos de depreciação podem ser utilizados para alocar de forma sistemática o valor depreciável de um ativo ao longo de sua vida útil, não sendo exigido que todos os bens sejam avaliados pelo o mesmo método, portando o método utilizado foi de cotas constantes, que se utiliza de taxas de depreciação durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere. Os bens adquiridos anteriormente à data base de início da depreciação somente terão iniciada a depreciação/amortização/exaustão quando forem reavaliados.

Estoques

Estoques são ativos sob forma de materiais ou suprimento a serem consumidos no processo de produção ou empregados na prestação e serviços e, ainda, os mantidos para venda ou distribuição no curso normal das operações do município. No reconhecimento inicial, os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, custo de produção ou custo de construção, devendo ser computados ou outros custos incorridos necessários para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. O critério contábil para elaboração deste balanço, está relacionado a ultima aquisição de material de consumo datado no último dia útil do exercício de 2017, reconhecendo, assim, que o almoxarifado confirma a entrada deste material. Valendo destacar, que o município não há sistema de controle de estoque.





Documento Assinado Digitalmente por: JOSE CLAIR VIANA SILVA FILHO, ANTONIO CASSIANO DA SILVA
 Acesse em: https://stc.tce.pe.gov.br/validar/validarDoc.senaCofisO documento: ee719e53acd-441d-8fd3-d7e2cfide745

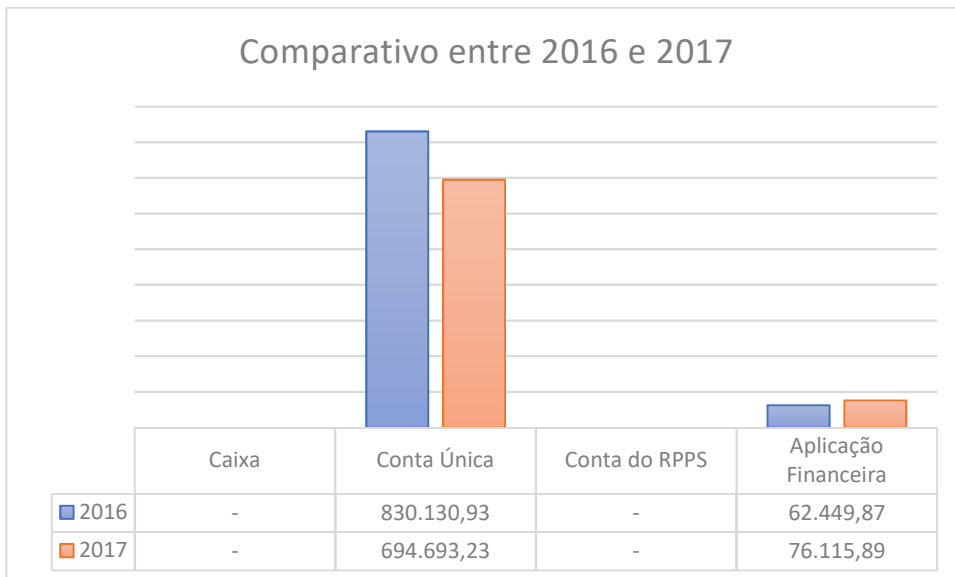
BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do Fundo Municipal de Educação em 31 de dezembro de 2017. Mediante sua observação, é possível conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados (patrimônio líquido) deste Ente da Federação.

Por exigência dos novos modelos da Secretaria do Tesouro Nacional e do Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, convencionou-se que os ativos se segregam em circulante e não-circulante, por outro lado, firmou-se que os passivos se segregam também em circulante e não-circulante. Por fim, são também apresentados o Patrimônio Líquido e o grupo de contas de compensação.

1. Ativo Circulante – Caixa e Equivalente de Caixa

Essa conta compreende o somatório dos valores em bancos conta movimento, aplicações, fundos aplicação e poupança. Os valores são conciliados e os valores em não conformidade são registrados em relatório próprio para ajuste em momento oportuno. Veja no gráfico sua composição:



2. Ativo Circulante – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, e Outros Créditos a receber, com a seguinte disposição:

Crédito a Curto Prazo	Valor
-----------------------	-------



Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	R\$ 1.901,45
Total de Créditos a Curto Prazo	R\$1.901,45

3. Ativo Não Circulante – Imobilizado

Os bens móveis são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluindo os custos de compra, impostos recuperáveis e outros custos necessários para colocar o bem em uso ou funcionamento. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro do bem do ativo imobilizado são incorporados quando houver a possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços.

O Conselho Federal de Contabilidade estabeleceu critérios e procedimentos para o registro contábil de depreciação no setor público, com adoção de forma obrigatória para os fatos ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2010, conforme disposto na Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 16.9.

No exercício de 2017 o setor de patrimônio do município cursa um levantamento de todos os bens móveis e imóveis do município, seu cadastro cartográfico e posterior registro no sistema integrado de contabilidade, que trará os valores reais ao Balanço. Diante do grande volume de bens móveis e imóveis a serem reavaliados e com base na NBC T 19.6, não foi possível concluir a reavaliação de todos os bens da mesma conta, sendo que esse registro será feito ao término da reavaliação.

Conta	Valor
Bens Móveis	R\$ 1.660.686,49
Bens Imóveis	R\$ 947.997,30
Total do Imobilizado	R\$2.608.683,79

4. Passivo Circulante – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – CP

Esta conta compreende as obrigações a vencer ao longo dos doze meses subsequentes a data do balanço, nesse exercício foram contabilizadas as provisões.

4.1. Passivo Circulante – Fornecedores e Contas a Pagar – CP, e Demais Obrigações – CP

O grupo **Pessoal a Pagar** é compreendido as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito.

O grupo **Encargos sociais a Pagar**: Compreende as obrigações das unidades relativas a despesas incorridas e não pagas, em benefício de seus servidores, empregados e familiares, compulsoriamente ou não, incluindo aquelas que se destinam ao financiamento da seguridade social de responsabilidade do poder público e as demais contribuições sociais.

O grupo **Fornecedores e Contas a Pagar – CP**, é representado pelos diversos empenhos liquidados, cujo vencimento se dará no exercício subsequente, anteriormente denominados de “Restos a Pagar Processados”. Compreende também parcela a vencer, de Precatórios a pagar,





reclassificados do Longo Prazo para o Curto Prazo e contrapartida do Ativo Circulante, relativos aos depósitos efetuados em conta vinculada ao TJ/PE, que aguardam informações de pagamentos para futura baixa contábil.

O grupo **Demais Obrigações a CP** é composta pelas contas de Consignações, Depósitos e Cauções, Outros Depósitos, Outros Valores Restituíveis, outras obrigações de Exercícios Anteriores e Outras obrigações a CP.

<i>Conta</i>	<i>Valor</i>
<i>Pessoal a Pagar</i>	R\$ 1.100,00
<i>Encargos Sociais a pagar</i>	R\$ 11.699,52
<i>Fornecedores a pagar</i>	R\$ 257.020,77
<i>Demais Obrigações a CP</i>	R\$ 220.832,18
<i>Total do Passivo Circulante</i>	R\$ 490.652,47

5. Patrimônio Líquido

O resultado acumulado no exercício foi superavitário de R\$ 2.890.741,89, sendo do exercício um superávit no valor de R\$ 725.513,20, esses resultados foram fortemente influenciados pelos ajustes de adequação da contabilidade aos moldes internacionais. Como relevante podemos citar as provisões de perdas com Dívida Ativa, bem como depreciações e registro de despesas por competência como 13º salário, férias, etc.

6. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

O quadro de Superávit/Déficit Financeiro corresponde ao valor que poderá ser usado para suplementar as despesas por superávit financeiro do exercício anterior, conforme previsto no inciso I, § 1º, Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964. A informação é apresentada por recurso vinculado.

Fonte	Discrição	Valor
200 001	COTA QSE	46.974,02
200 002	P.N.A.E.	2.566,01
200 003	CRECHE	170.591,43
200 004	PNATE	30.028,02
200 005	PAC II	2.715,89
200 006	T.R.A.N.	3.930,62
200 007	P.A.R.	37.097,92
200 098	Outros Programas da União	131.832,58
200 099	Convênio da Educação	276.880,10
250 000	EDUCAÇÃO-FUNDEB	310,00
TOTAL		702.926,59



DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2017, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadora municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

**MARIELÇA BALBINO CUNHA DE
MORAES E SILVA**
Gestora do Fundo Mun. de
Educação

JENILSON DE MORAES CLEMENTE
Responsável pelo Controle Interno

J. ICLAIR VIANA S. FILHO
Contador CRC PE nº 021930/O-0



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

1 of 2

ISOLADO:4 - FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	507.882,00	265.198,46	PASSIVO CIRCULANTE	27.808,94	56.022,78
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	507.882,00	265.198,46	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	5.481,60	4.302,14
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	507.882,00	265.198,46	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ	5.481,60	4.302,14
CONTA ÚNICA	F 448.172,38	265.198,46	FORNECEDORES NACIONAIS	F 1.481,60	4.302,14
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F 59.709,62	0,00	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F 4.000,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	88.252,21	69.510,71	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	22.327,34	51.720,64
IMOBILIZADO	88.252,21	69.510,71	VALORES RESTITUÍVEIS	22.327,34	51.720,64
BENS MÓVEIS	88.252,21	69.510,71	CONSIGNAÇÕES	F 22.327,34	51.720,64
VEÍCULOS	P 31.100,00	31.100,00	TOTAL PASSIVO	27.808,94	56.022,78
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P 700,47	700,47	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P 8.348,00	8.348,00	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
BENS DE INFORMÁTICA	P 20.532,97	15.001,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	568.325,27	278.686,39
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P 18.404,01	7.774,62	RESULTADOS ACUMULADOS	568.325,27	278.686,39
DEMAIS BENS MÓVEIS	P 9.166,76	6.586,62	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	568.325,27	278.686,39
TOTAL	596.134,21	334.709,17	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P 289.638,88	114.853,59
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P 278.686,39	163.832,80
			TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	568.325,27	278.686,39
			TOTAL	596.134,21	334.709,17
ATIVO FINANCEIRO	507.882,00	265.198,46	PASSIVO FINANCEIRO (27.808,94)+ Restos não Processado(11.309,40)	39.118,34	56.022,78
ATIVO PERMANENTE	88.252,21	69.510,71	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
			SALDO PATRIMONIAL	557.015,87	278.686,39



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

2 of 2

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 81xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior
			COMPENSAÇÕES	250.618,12	165.919,07
			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENT	14.000,00	14.000,00
			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	236.618,12	151.919,07
			TOTAL	250.618,12	165.919,07



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO
ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Exercício de 2017

Dezembro(31/12/2017)

1 of 1

ISOLADO:4 - FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	507.882,00	265.198,46	PASSIVO CIRCULANTE	27.808,94	56.022,78
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	507.882,00	265.198,46	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	5.481,60	4.302,14
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	507.882,00	265.198,46	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ	5.481,60	4.302,14
CONTA ÚNICA	448.172,38	265.198,46	FORNECEDORES NACIONAIS	1.481,60	4.302,14
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	59.709,62	0,00	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	4.000,00	0,00
TOTAL	507.882,00	265.198,46	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	22.327,34	51.720,64
			VALORES RESTITUÍVEIS	22.327,34	51.720,64
			CONSIGNAÇÕES	22.327,34	51.720,64
			EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	11.309,40	0,00
			EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	11.309,40	0,00
			RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	11.309,40	0,00
			RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	11.309,40	0,00
			TOTAL	39.118,34	56.022,78



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Exercício de 2017

Dezembro(31/12/2017)

1 of 1

ISOLADO:4 - FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO NÃO CIRCULANTE	88.252,21	69.510,71			
IMOBILIZADO	88.252,21	69.510,71			
BENS MÓVEIS	88.252,21	69.510,71			
BENS DE INFORMÁTICA	20.532,97	15.001,00			
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	18.404,01	7.774,62			
VEÍCULOS	31.100,00	31.100,00			
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	700,47	700,47			
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	8.348,00	8.348,00			
DEMAIS BENS MÓVEIS	9.166,76	6.586,62			
TOTAL	88.252,21	69.510,71			



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO

ANEXO 14C - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

1 of 1

ISOLADO:4 - FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
05	RECURSOS VINCULADOS à ASSISTÊNCIA SOCIAL (VINCULADO)	506.260,78	253.927,25
500	RECURSOS VINCULADOS A SEGURIDADE SOCIAL	506.260,78	253.927,25
15	RECURSOS DESTINADO A ASSISTÊNCIA SOCIAL (ORDINÁRIO)	-37.497,12	-44.751,57
001	Ordinario	-15.169,78	-52.876,76
110	EXTRAORÇAMENTÁRIA	-22.327,34	8.125,19
TOTAL		468.763,66	209.175,68



NOTAS EXPLICATIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal de Assistência Social de Condado é uma pessoa jurídica de direito público interno, representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira na área da Assistência Social pública.

Criado oficialmente como Fundo por força de Lei Municipal nº 690/1997, o Fundo Municipal de Assistência Social surgiu inscrita sobre o CNPJ 12.804.634/0001-86, estando atualmente localizada na Praça 11 de Novembro, 88, Centro de Condado, representando entidade na administração pública referido município, sendo a sede na Secretaria de Desenvolvimento Social.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.condado.pe.gov.br e transparencia.condado.pe.gov.br.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Condado integra a Prestação de Contas Anual do Prefeitura Municipal de Condado e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas Secretarias e Fundos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei nº 955/2013 de 16/12/2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017;





Documento Assinado Digitalmente por: JOSE ICLAIR VIANA SILVA FILHO, ANTONIO CASSIANO DA SILVA
Acesse em: <https://sece.tce.pe.gov.br/epv/validarDoc.seam?CodigoDoc:ee717254-cd0114-8fd3-d7e2cfde745>

Lei 1.017/2016 de 09/11/2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017;

Lei 1.022/2016 de 28/12/2016, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Condado para o exercício de 2017;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.condado.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, a maioria dos órgãos, ficando apenas a Câmara Municipal que se utilizaram de outros sistemas. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral do Fundo Municipal de Assistência Social, referente ao exercício financeiro de 2017 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei n.º 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

Créditos a Curto Prazo

Créditos são valores a receber integrantes do ativo, que são reconhecidos como resultado da confirmação das características essenciais para reconhecimento como ativo. No contexto, são oriundos de tributos a receber (reconhecidos no momento do lançamento fiscal).

Perdas Estimadas de Créditos a Curto e Longo Prazo

Considerando que é inerente aos créditos algum risco de não recebimento, NBCASP 16.10 prevê que as perdas referentes a esses riscos sejam estimadas e reconhecidas em conta de ajuste, a qual deve ter seu saldo reduzido ou anulado quando deixarem de existir os motivos que deram causa à sua constituição.



Porém, apresentou grau de dificuldade de recebimento e seu histórico de recebimento de créditos apontou que, em média, para a arrecadação de Impostos e Taxas e a Dívida Ativa inscrita, 25% dos valores reconhecidos no ativo são posteriormente recebidos sem a necessidade de procedimentos adicionais de cobranças. Portanto, permiti concluir que o risco de não recebimento de seus créditos é de apenas 75%, durante os três últimos anos.

Dívida Ativa - Curto e Longo Prazos

A segregação da dívida ativa em curto e longo prazos foi realizada mediante a metodologia sugerida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional, que prevê que o montante a ser registrado em curto prazo seja estimado pelo dobro da média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios. O longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa.

Dívida Ativa - Ajuste a Valor Recuperável

Em decorrência do elevado grau de incerteza no recebimento dos valores inscritos em dívida ativa, utilizou-se no ajuste a valor recuperável a técnica sugerida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, baseada no histórico de recebimentos passados.

Ativo Imobilizado

A Ativo Imobilizado é avaliada inicialmente segundo seu custo de aquisição, estando em processo uma reavaliação de seus itens.

Depreciação, Amortização e Exaustão

Os ativos imobilizados adquiridos a partir de 1º de janeiro de 2014 foram depreciados de acordo com o MCASP, o método de depreciação refletiu o padrão em que os benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços do ativo devem ser consumidos pela entidade. Vários métodos de depreciação podem ser utilizados para alocar de forma sistemática o valor depreciável de um ativo ao longo de sua vida útil, não sendo exigido que todos os bens sejam avaliados pelo o mesmo método, portando o método utilizado foi de cotas constantes, que se utiliza de taxas de depreciação durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere. Os bens adquiridos anteriormente à data base de início da depreciação somente terão iniciada a depreciação/amortização/exaustão quando forem reavaliados.

Estoques

Estoques são ativos sob forma de materiais ou suprimento a serem consumidos no processo de produção ou empregados na prestação e serviços e, ainda, os mantidos para venda ou distribuição no curso normal das operações do município. No reconhecimento inicial, os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, custo de produção ou custo de construção, devendo ser computados ou outros custos incorridos necessários para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. O critério contábil para elaboração deste balanço, está relacionado a ultima aquisição de material de consumo datado no último dia útil do exercício de 2017, reconhecendo, assim, que o almoxarifado confirma a entrada deste material. Valendo destacar, que o município não há sistema de controle de estoque.



O Conselho Federal de Contabilidade estabeleceu critérios e procedimentos para o registro contábil de depreciação no setor público, com adoção de forma obrigatória para os fatos ocorridos a partir de 1º janeiro de 2010, conforme disposto na Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 16.9.

No exercício de 2017 o setor de patrimônio do município cursa um levantamento de todos os bens móveis e imóveis do município, seu cadastro cartográfico e posterior registro no sistema integrado de contabilidade, que trará os valores reais ao Balanço. Diante do grande volume de bens móveis e imóveis a serem reavaliados e com base na NBC T 19.6, não foi possível concluir a reavaliação de todos os bens da mesma conta, sendo que esse registro será feito ao término da reavaliação.

Conta	Valor
Bens Móveis	R\$ 88.252,21
Total do Imobilizado	R\$ 88.252,21

3. Passivo Circulante – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – CP

Esta conta compreende as obrigações a vencer ao longo dos doze meses subsequentes a data do balanço, nesse exercício foram contabilizadas as provisões.

3.1. Passivo Circulante – Fornecedores e Contas a Pagar – CP, e Demais Obrigações – CP

O grupo **Pessoal a Pagar** é compreendido as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito.

O grupo **Encargos sociais a Pagar**: Compreende as obrigações das unidades relativas a despesas incorridas e não pagas, em benefício de seus servidores, empregados e familiares, compulsoriamente ou não, incluindo aquelas que se destinam ao financiamento da seguridade social de responsabilidade do poder público e as demais contribuições sociais.

O grupo **Fornecedores e Contas a Pagar – CP**, é representado pelos diversos empenhos liquidados, cujo vencimento se dará no exercício subsequente, anteriormente denominados de “Restos a Pagar Processados”. Compreende também parcela a vencer, de Precatórios a pagar, reclassificados do Longo Prazo para o Curto Prazo e contrapartida do Ativo Circulante, relativo aos depósitos efetuados em conta vinculada ao TJ/PE, que aguardam informações de pagamentos para futura baixa contábil.

O grupo **Demais Obrigações a CP** é composta pelas contas de Consignações, Depósitos e Cauções, Outros Depósitos, Outros Valores Restituíveis, outras obrigações de Exercícios Anteriores e Outras obrigações a CP.

Conta	Valor
Fornecedores a pagar	R\$ 5.481,60
Demais Obrigações a CP	R\$ 22.327,34



<i>Total do Passivo Circulante</i>	R\$ 27.808,94
------------------------------------	----------------------

4. Patrimônio Líquido

O resultado acumulado no exercício foi superavitário de R\$ 568.325,27, sendo do exercício um superávit no valor de R\$ 289.638,88, esses resultados foram fortemente influenciados pelos ajustes de adequação da contabilidade aos moldes internacionais. Como relevante podemos citar as provisões de perdas com Dívida Ativa, bem como depreciações e registro de despesas por competência como 13º salário, férias, etc.

5. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

O quadro de Superávit/Déficit Financeiro corresponde ao valor que poderá ser usado para suplementar as despesas por superávit financeiro do exercício anterior, conforme previsto no inciso I, § 1º, Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964. A informação é apresentada por recurso vinculado.

Fonte	Descrição	Valor
500 001	S.C.F.V.	157.409,97
500 002	PAIF / FAF	29.261,46
500 003	PISO BÁSICO FIXO - CRAS	106.637,98
500 004	PAEFI	75.697,29
500 005	BPC NA ESCOLA	1.042,99
500 006	IGD / PBF	87.607,63
500 007	IGD / SUAS	40.011,67
500 012	PROJETO VIVER MELHOR	8.591,79
TOTAL		506.260,78

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2017, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

LUCILEA DO NASCIMENTO BATISTA
 Gestora do Fundo Mun. de
 Assistência Social

JENILSON DE MORAES CLEMENTE
 Responsável pelo Controle Interno

J. ICLAIR VIANA S. FILHO
 Contador CRC PE nº 021930/O-0



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

1 of 2

ISOLADO:8 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	183,61	978,14	PASSIVO CIRCULANTE	46.015,79	39.650,60
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	183,61	978,14	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	2.026,98	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	183,61	978,14	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ	2.026,98	0,00
CONTA ÚNICA	F 183,61	636,35	FORNECEDORES NACIONAIS	F 26,98	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	F 0,00	341,79	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F 2.000,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	24.815,10	17.809,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	43.988,81	39.650,60
IMOBILIZADO	24.815,10	17.809,00	VALORES RESTITUÍVEIS	43.988,81	39.650,60
BENS MÓVEIS	24.815,10	17.809,00	CONSIGNAÇÕES	F 43.988,81	39.650,60
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P 800,00	800,00	TOTAL PASSIVO	46.015,79	39.650,60
DEMAIS BENS MÓVEIS	P 7.232,00	7.232,00			
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P 16.783,10	9.777,00			
TOTAL	24.998,71	18.787,14			
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-21.017,08	-20.863,46
			RESULTADOS ACUMULADOS	-21.017,08	-20.863,46
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	-21.017,08	-20.863,46
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	P -153,62	62.516,08
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	P -20.863,46	-83.379,54
			TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-21.017,08	-20.863,46
			TOTAL	24.998,71	18.787,14

ATIVO FINANCEIRO	183,61	978,14	PASSIVO FINANCEIRO (46.015,79)+ Restos não Processado(15.095,00)	61.110,79	44.450,60
ATIVO PERMANENTE	24.815,10	17.809,00		0,00	0,00
			SALDO PATRIMONIAL	-36.112,08	-25.663,46



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

Exercício de 2017

2 of 2

ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 81xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xxxxxx)	Exercício Atual	Exercício Anterior
			COMPENSAÇÕES	40.530,00	31.460,00
			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENT	2.000,00	2.000,00
			EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	38.530,00	29.460,00
			TOTAL	40.530,00	31.460,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO
ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Exercício de 2017

Dezembro(31/12/2017)

1 of 1

ISOLADO:8 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	183,61	978,14	PASSIVO CIRCULANTE	46.015,79	39.650,60
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	183,61	978,14	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	2.026,98	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	183,61	978,14	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ	2.026,98	0,00
CONTA ÚNICA	183,61	636,35	FORNECEDORES NACIONAIS	26,98	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	0,00	341,79	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	2.000,00	0,00
TOTAL	183,61	978,14	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	43.988,81	39.650,60
			VALORES RESTITUÍVEIS	43.988,81	39.650,60
			CONSIGNAÇÕES	43.988,81	39.650,60
			EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	15.095,00	4.800,00
			EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS	15.095,00	4.800,00
			RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	15.095,00	4.800,00
			RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	15.095,00	4.800,00
			TOTAL	61.110,79	44.450,60



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO
ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Exercício de 2017

Dezembro(31/12/2017)

1 of 1

ISOLADO:8 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO NÃO CIRCULANTE	24.815,10	17.809,00			
IMOBILIZADO	24.815,10	17.809,00			
BENS MÓVEIS	24.815,10	17.809,00			
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	800,00	800,00			
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	16.783,10	9.777,00			
DEMAIS BENS MÓVEIS	7.232,00	7.232,00			
TOTAL	24.815,10	17.809,00			



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO

ANEXO 14C - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2017)

1 of 1

ISOLADO:8 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
	ATUAL	EXERC. ANTERIOR
01 RECURSOS ORDINARIOS (VINCULADO)	-60.927,18	-43.472,46
001 Ordinario	-16.938,37	-64.071,24
110 EXTRAORÇAMENTÁRIA	-43.988,81	20.598,78
TOTAL	-60.927,18	-43.472,46



NOTAS EXPLICATIVAS

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

O Fundo Municipal de Cultura de Condado é uma pessoa jurídica de direito público interno, representando a entidade de administração pública no município, sendo a sede do poder executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira na área da Cultura pública.

Criado oficialmente como Fundo por força de Lei Municipal nº 950/2013, o Fundo Municipal de Cultura surgiu inscrita sobre o CNPJ 20.098.138/0001-82, estando atualmente localizada na Praça 11 de Novembro, 88, Centro de Condado, representando entidade na administração pública no referido município, sendo a sede na Prefeitura Municipal.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.condado.pe.gov.br e transparencia.condado.pe.gov.br.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Fundo Municipal de Cultura do Município de Condado integra a Prestação de Contas Anual do Prefeitura Municipal de Condado e refere-se às ações governamentais executadas pelas diversas Secretarias e Fundos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, integrantes do Orçamento Fiscal.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei nº 955/2013 de 16/12/2013, que dispões sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017;





Documento Assinado Digitalmente por: JOSE ICLAIR VIANA SILVA FILHO, ANTONIO CASSIANO DA SILVA
Acesse em: <https://sede.tce.pe.gov.br/epv/validarDoc.seam?CodigoDoc:ee71725-705-40d-911d-8fd3-d7e2cfde745>

Lei 1.017/2016 de 09/11/2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017;

Lei 1.022/2016 de 28/12/2016, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Condado para o exercício de 2017;

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal www.condado.pe.gov.br.

A contabilização do exercício de 2017 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrado – SCPI, a maioria dos órgãos, ficando apenas a Câmara Municipal que se utilizaram de outros sistemas. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço Geral do Fundo Municipal de Cultura, referente ao exercício financeiro de 2017 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

Créditos a Curto Prazo

Créditos são valores a receber integrantes do ativo, que são reconhecidos como resultado da confirmação das características essenciais para reconhecimento como ativo. No contexto, são oriundos de tributos a receber (reconhecidos no momento do lançamento fiscal).

Perdas Estimadas de Créditos a Curto e Longo Prazo

Considerando que é inerente aos créditos algum risco de não recebimento, NBCASP 16.10 prevê que as perdas referentes a esses riscos sejam estimadas e reconhecidas em conta de ajuste, a qual deve ter seu saldo reduzido ou anulado quando deixarem de existir os motivos que deram causa à sua constituição.



Porém, apresentou grau de dificuldade de recebimento e seu histórico de recebimento de créditos apontou que, em média, para a arrecadação de Impostos e Taxas e a Dívida Ativa inscrita, 25% dos valores reconhecidos no ativo são posteriormente recebidos sem a necessidade de procedimentos adicionais de cobranças. Portanto, permiti concluir que o risco de não recebimento de seus créditos é de apenas 75%, durante os três últimos anos.

Dívida Ativa - Curto e Longo Prazos

A segregação da dívida ativa em curto e longo prazos foi realizada mediante a metodologia sugerida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional, que prevê que o montante a ser registrado em curto prazo seja estimado pelo dobro da média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios. O longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa.

Dívida Ativa - Ajuste a Valor Recuperável

Em decorrência do elevado grau de incerteza no recebimento dos valores inscritos em dívida ativa, utilizou-se no ajuste a valor recuperável a técnica sugerida pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, baseada no histórico de recebimentos passados.

Ativo Imobilizado

A Ativo Imobilizado é avaliada inicialmente segundo seu custo de aquisição, estando em processo uma reavaliação de seus itens.

Depreciação, Amortização e Exaustão

Os ativos imobilizados adquiridos a partir de 1º de janeiro de 2014 foram depreciados de acordo com o MCASP, o método de depreciação refletiu o padrão em que os benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços do ativo devem ser consumidos pela entidade. Vários métodos de depreciação podem ser utilizados para alocar de forma sistemática o valor depreciável de um ativo ao longo de sua vida útil, não sendo exigido que todos os bens sejam avaliados pelo o mesmo método, portando o método utilizado foi de cotas constantes, que se utiliza de taxas de depreciação durante a vida útil do ativo, caso o seu valor residual não se altere. Os bens adquiridos anteriormente à data base de início da depreciação somente terão iniciada a depreciação/amortização/exaustão quando forem reavaliados.

Estoques

Estoques são ativos sob forma de materiais ou suprimento a serem consumidos no processo de produção ou empregados na prestação e serviços e, ainda, os mantidos para venda ou distribuição no curso normal das operações do município. No reconhecimento inicial, os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, custo de produção ou custo de construção, devendo ser computados ou outros custos incorridos necessários para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. O critério contábil para elaboração deste balanço, está relacionado a ultima aquisição de material de consumo datado no último dia útil do exercício de 2017, reconhecendo, assim, que o almoxarifado confirma a entrada deste material. Valendo destacar, que o município não há sistema de controle de estoque.



O Conselho Federal de Contabilidade estabeleceu critérios e procedimentos para o registro contábil de depreciação no setor público, com adoção de forma obrigatória para os fatos ocorridos a partir de 1º janeiro de 2010, conforme disposto na Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 16.9.

No exercício de 2017 o setor de patrimônio do município cursa um levantamento de todos os bens móveis e imóveis do município, seu cadastro cartográfico e posterior registro no sistema integrado de contabilidade, que trará os valores reais ao Balanço. Diante do grande volume de bens móveis e imóveis a serem reavaliados e com base na NBC T 19.6, não foi possível concluir a reavaliação de todos os bens da mesma conta, sendo que esse registro será feito ao término da reavaliação.

Conta	Valor
Bens Móveis	R\$ 24.815,10
Total do Imobilizado	R\$ 24.815,10

3. Passivo Circulante – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar – CP

Esta conta compreende as obrigações a vencer ao longo dos doze meses subsequentes a data do balanço, nesse exercício foram contabilizadas as provisões.

3.1. Passivo Circulante – Fornecedores e Contas a Pagar – CP, e Demais Obrigações – CP

O grupo **Fornecedores e Contas a Pagar – CP**, é representado pelos diversos empenhos liquidados, cujo vencimento se dará no exercício subsequente, anteriormente denominados de “Restos a Pagar Processados”. Compreende também parcela a vencer, de Precatórios a pagar, reclassificados do Longo Prazo para o Curto Prazo e contrapartida do Ativo Circulante, relativos aos depósitos efetuados em conta vinculada ao TJ/PE, que aguardam informações de pagamentos para futura baixa contábil.

O grupo **Demais Obrigações a CP** é composta pelas contas de Consignações, Depósitos e Cauções, Outros Depósitos, Outros Valores Restituíveis, outras obrigações de Exercícios Anteriores e Outras obrigações a CP.

Conta	Valor
<i>Fornecedores a pagar</i>	R\$ 2.026,98
<i>Demais Obrigações a CP</i>	R\$ 43.988,81
Total do Passivo Circulante	R\$ 46.015,79

4. Patrimônio Líquido

O resultado acumulado no exercício foi deficitário de R\$ 21.017,08, sendo do exercício um déficit no valor de R\$ 153,62, esses resultados foram fortemente influenciados pelos ajustes de adequação da contabilidade aos moldes internacionais. Como relevante podemos citar as provisões de perdas com



Dívida Ativa, bem como depreciações e registro de despesas por competência como 13º salário, férias, etc.

5. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

O quadro de Superávit/Déficit Financeiro corresponde ao valor que poderá ser usado para suplementar as despesas por superávit financeiro do exercício anterior, conforme previsto no inciso I, § 1º, Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964. A informação é apresentada por recurso vinculado.

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2017, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a contadora municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.

LINTHIA LIMA DA SILVA
Gestora do Fundo Mun. de Cultura

JENILSON DE MORAES CLEMENTE
Responsável pelo Controle Interno

J. ICLAIR VIANA S. FILHO
Contador CRC PE nº 021930/O-0

